

## **AValiação ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA EJA: CONCEPÇÕES E PARADIGMAS**

CARNEIRO, Sarafina Moreira Gomes<sup>1</sup>  
BORGHI, Idalina Souza Mascarenhas<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este trabalho discute sobre concepções de avaliação que norteiam o processo de ensino aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos- EJA, bem como o perfil dos sujeitos que participam desta modalidade de ensino, na Educação Básica. Reflete também acerca de paradigmas que direcionam ações pedagógicas no contexto da EJA. Neste sentido, dialogamos com os estudos de LUCKESI, 2005; VASCONCELLOS (2008); ESTEBAN, 2012; BARCELOS, 2014; ARROYO (2017); FREIRE (2018); CORTADA (2013); PAULA (2011), dentre outros, os quais nos permitiram construir aproximações com o debate sobre os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos, que por questões sociais e políticas tiveram seus direitos constitucionais a educação negligenciados, sofrendo assim processos de exclusão social. Nesta perspectiva, a EJA se apresenta como uma possibilidade de reparação e compromisso social, onde, se assumida numa perspectiva freiriana, exercerá uma função inclusiva, emancipadora e libertaria e acima de tudo humanizadora. Os estudos apontam a necessidade de compreendermos que a avaliação na EJA precisa assumir o caráter participativo e emancipatório, onde todos deverão ser responsáveis pelo processo avaliativo, considerando a diversidade dos sujeitos, suas vivências e concepções de mundo, assumindo assim, uma concepção política e social.

**Palavras chave: Avaliação escolar. EJA. Emancipação.**

### **AValiação E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS**

Os estudos sobre as concepções de avaliação da aprendizagem estão cada dia mais presentes no campo da educação e da pesquisa. (VASCONCELLOS, 2008; LUCKESI, 2005;

[<sup>1</sup>] Graduada em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo, Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)-Brasil Mestranda e Educação Científica, Inclusão e Diversidade; e-mail: saram.gc@hotmail.com.

[<sup>2</sup>] Mestra e Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), professora na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) professora do programa Pós graduação em Educação Científica, Inclusão e Diversidade/PPGECID.

PAULA; OLIVEIRA, 2011; ESTEBAN, 2012; BARCELOS, 2014). Apesar de toda ênfase neste estudo, as concepções sobre avaliação nas práticas escolares têm apresentado algumas controvérsias, a exemplo das distorções conceituais que tratam a avaliação como práticas de examinação ao invés de práticas de avaliação (LUCKESI; 2005). Porém, quando se trata de Educação de Jovens e Adultos (EJA) esses estudos se mostram ainda muito tímidos.

Segundo Luckesi (2005), escolas e professores atualmente assumem o papel de aplicadores de exames, esquecendo-se de avaliar o processo de aprendizagem do estudante. Para o autor, os *exames* são pontuais, classificatórios, seletivos, quantitativos e dão ênfase ao desempenho final do estudante. Essas práticas são caracterizadas pela aplicação de testes, provas com características pontuais, sendo o desempenho do estudante mensurado através da atribuição de notas e conceitos (Idem).

Essas concepções acabam por se configurarem em formas distorcidas de pensar a avaliação da aprendizagem, dando margem para o desenvolvimento e conseqüentemente, à práticas pedagógicas incongruentes com as demandas de aprendizagem dos estudantes. Essa realidade está presente com muita intensidade nas escolas que ofertam a Educação de Jovens e Adultos (EJA), indicando assim, a necessidade de estudos mais aprofundados a respeito da avaliação nesta modalidade educativa.

A EJA é uma modalidade de ensino direcionada para aqueles que não tiveram acesso aos estudos na idade definida pela legislação brasileira para cursar a Educação Básica. É uma etapa educativa considerada um instrumento de inclusão dos sujeitos, cujos direitos e oportunidades foram retirados, devido a questões sociais, culturais, política, econômica do país, ou seja, uma dívida social (CORTADA,2013). Portanto, para exercer uma função inclusiva, ela deve assumir o papel emancipador, libertador, humanizador, como sugere Freire (1996), oferecendo a estes sujeitos uma educação crítica, que prepare o estudante para ser protagonista da sua história, tomando suas experiências e trajetórias de vida como ponto de partida para o processo de inclusão educacional e social.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013), a demanda por escola de adultos e jovens que ultrapassaram a idade definida como regular para cursar a Educação Básica apresenta diferentes níveis (do analfabeto até as etapas incompletas de escolarização). Assim, esta defasagem educacional resulta numa promoção da exclusão social em maior intensidade, uma vez que, se estes sujeitos não conseguem atingir um nível de escolarização que promova sua autonomia, este, provavelmente, será privado de exercer sua cidadania plenamente.

Em relação aos aspectos pedagógicos, deve-se considerar que os sujeitos atendidos pela EJA guardam histórias de lutas, alguns avanços e recuos, lutas não apenas pelo direito a educação, como também, por direitos fundamentais a existência humana. Destarte, as práticas pedagógicas na Educação de Jovens e adultos devem estar pautadas em concepções de ensino baseada em paradigmas libertário, distanciando-se de concepções bancárias e alienantes, que anulam a criatividade e promovem a não criticidade, satisfazendo assim os interesses das elites opressoras (FREIRE, 1989).

Nestas circunstâncias ao pensarmos em práticas avaliativas para a Educação de Jovens e Adultos devemos considerar a heterogeneidade presente na sala de aula, respeitando as individualidades, diversidades, histórias de luta e reafirmação enquanto sujeito de direitos. Torna-se, portanto, fundamental que, nesta modalidade educacional, os professores atuem de modo a pensar em práticas avaliativas que valorizem e as diferentes experiências de vida, a diversidade cultural e social que são características dos sujeitos da EJA.

Acreditamos que estudar as concepções de avaliação da aprendizagem, na Educação de Jovens e Adultos pode contribuir de forma significativa para a compreensão da importância de uma avaliação que contemple a história, de luta e trabalho, vivenciadas por estes sujeitos, com perspectiva crítica e libertadora. Entendemos que refletir sobre essa questão pode ser um importante caminho para oferecermos indicadores de avaliação que possam contribuir para melhorar as práticas avaliativas na EJA e, conseqüentemente, qualificar o trabalho pedagógico nesta modalidade educativa.

Este trabalho é um recorte da pesquisa de mestrado que está sendo desenvolvida no programa de Mestrado Profissional em Educação Científica, Inclusão e Diversidade, do Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Qual possibilitará um aprofundamento nas questões direcionadas a universos escolares, com ênfase em problemáticas advindas da prática educativa, mais especificamente relacionadas a Educação de Jovens e Adultos, uma modalidade de ensino que tem a diversidade como uma das principais características.

Lançamos mão da abordagem *qualitativa*, por compreendê-la como uma abordagem interpretativa do mundo (DEZIN e LINCOLN, 2011 apud CRESWELL, 2014) e *bibliográfica*, uma vez que este estudo se realizou a partir dos registros disponíveis decorrente de pesquisas anteriores, onde através dos dados já trabalhados e contribuições de outros autores pesquisadores (SEVERINO, 2007), realizou-se um estudo bibliográfico que buscou entender algumas questões relativas a Educação de Jovens e Adultos. Para Gil (2002) a

pesquisa bibliográfica é a elaboração a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos em periódicos e outros materiais disponibilizado na Internet.

O texto discute a relevância das contribuições de Paulo Freire na proposta pedagógica da EJA, as quais apontam a necessidade de uma prática pedagógica comprometida com o protagonismo dos sujeitos, reconhecendo sua diversidade e valorizando sua história de luta e resistência enquanto sujeito de direito. Uma proposta educativa com viés libertador e emancipatório que possibilite aos estudantes da EJA a percepção crítica da sua realidade e a transformação das condições de produção da vida cotidiana.

Na seção que trata da avaliação no contexto da EJA discutimos sobre concepções de avaliação da aprendizagem, considerando que, práticas escolares pautadas em paradigmas libertários, precisam considerar a heterogeneidade presente na sala de aula, apontando a necessidade de pensar a avaliação escolar, também, como um momento de formação e construção de identidades.

## **REFLEXÕES SOBRE CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE PARA COMPREENDER OUTRAS POSSIBILIDADES EDUCACIONAIS NA EJA**

Com objetivo de dar centralidade ao objetivo desta reflexão, acreditamos ser relevante um breve diálogo com autores como ARROYO (2017); FREIRE (2018); CORTADA (2013); PAULA (2011), a respeito da EJA (Educação de Jovens e Adultos), buscando compreender os sujeitos e possíveis contribuições de Freire para a reescrita da história da EJA.

A EJA é uma modalidade de ensino que busca oferecer a oportunidade de estudo a uma parcela da sociedade, que por questões sociais, não teve respeitado seu direito a educação escolar, de forma parcial, quando no decorrer da vida escolar foram conduzidos ao processo de exclusão, por não se adequarem ao perfil de estudante desejado pelo sistema educacional vigente (sistema classificatório, antidialógico, hierárquico, opressor...), ou de forma integral, que pela política de negação de oportunidade, foram ignorados e tiveram seus direitos negligenciados por se tratar de sujeitos oriundos das classes trabalhadoras (oprimidos, excluídos, dominados). De acordo com Arroyo (2017) ao tentar retornar à escola, estes sujeitos não buscam apenas o direito ao conhecimento escolar, eles lutam também pelo direito a uma vida justa, o direito a conhecer sua história, descobrir os significados escondidos e ignorados pelas verdades hegemônicas e excludentes.

Neste sentido, Arroyo (2017, p.14), destaca que a diversidade de sujeitos que compõem à EJA,

[...]Não lutam apenas pelos conhecimentos escolares a que têm direito. Disputam o direito a conhecimentos ausentes, sobre seu sobreviver, seu resistir. Saberes de *outra história* social, racial e de classes que vivenciam e que têm direito a saber entender-se. Disputam o direito a que os saberes dessa outra história de segregação e de emancipação sejam incorporados com o seu direito ao conhecimento. (ARROYO, 2017, p.14)

Pensar nesta perspectiva corrobora com o que Cortada (2013, p.7), define como função da EJA, segundo ela, a EJA tem a função de cumprir um papel emancipador e libertar o sujeito das limitações impostas pela negação da aprendizagem escolar, promovendo uma educação que possibilite a compreensão e transformação da realidade. Para cumprir esta função acreditamos ser necessário práticas educativas na EJA que possibilitem o protagonismo dos sujeitos envolvidos, reconhecendo sua diversidade de experiências, sua história de luta, enquanto sujeito coletivos de direito.

Freire (2018, p.31), destaca que o ato de ensinar exige não só o respeito aos saberes socialmente construído pelos educandos, e que através deles há possibilidades de abrir portas para discussões sobre a razão de ser de determinados conhecimentos em relação ao ensino de determinados conteúdo. Arroyo (2017, p.59) defende que o conhecimento produzido na EJA precisa contribuir para que estes sujeitos se compreendam marginalizados do trabalho, explorados e vítimas de um sistema que segrega, desta forma se fortalecerão em suas lutas por libertação.

É, considerando a concepção de educação freiriana, que estudiosos da Educação de Jovens e Adultos buscam construir uma história de EJA com um novo paradigma, uma educação que sugere uma ruptura com a educação numa perspectiva tradicional e propondo uma proposta educativa reparadora de direitos negados.

De acordo com Paula (2011), a concepção da EJA baseada na proposta freiriana tem como centralidade os sujeitos até então negligenciados, suas experiências e trajetórias de vida e objetiva promover diálogos e escuta a respeito dos conflitos sobre a condição social, política destes sujeitos, bem como questionamentos a respeito das práticas educativas gerenciadas nestas turmas, refletindo se estas consideram os educandos como protagonistas do seu processo formativo ou acabam perpetuando o processo de silenciamento destes indivíduos engendrado por ações autoritárias e excludentes ( BARCELOS, 2014).

Freire, em sua obra *Pedagogia da autonomia* (2018) destaca que ensinar exige respeito, respeito a autonomia do educando, a sua forma de pensar, a sua curiosidade, sua inquietude.

Destaca também que ensinar exige bom senso, bom senso em considerar as particularidades, em compreender que o uso do autoritarismo irá distanciar o educando do espaço escolar, e do compartilhamento de responsabilidade dos resultados considerando que o processo de ensinar e aprender acontecem na mediação entre professor e aluno e todos são responsáveis pelo seu sucesso ou fracasso.

É importante considerar que a tarefa de educar transcende a estrutura dos conteúdos, ela concebe a responsabilidade do processo de formação humana, isto em todos os níveis de ensino, porém ao nos referirmos as turmas da EJA, temos um compromisso ainda maior, o de garantir a estes sujeitos o direito a um educação para além das regras ou técnicas, uma educação de promoção da autoestima, do respeito aos saberes sociais dos estudantes, da inquietação e questionamentos aos fatos, compreendendo seus insucessos escolares como resultado de ações alienantes e dominadoras da sociedade, devemos a estes sujeitos uma educação que promova a libertação.

## **PENSANDO A AVALIAÇÃO E COMO ELA SE DÁ NO CONTEXTO DA EJA**

Para iniciarmos nossa discussão a respeito da avaliação no contexto da EJA é importante compreendermos o conceito de avaliação numa perspectiva emancipatória e libertadora, como demanda a Educação de Jovens e Adultos.

Para Luckesi (2011, p.52), avaliação está direcionada ao ato de atribuir valor ou qualidade a algo ou algum percurso percorrido, com o intuito de assumir um posicionamento positivo ou negativo em relação ao objeto. De acordo com Luckesi, avaliar a aprendizagem vai além de verificar a aprendizagem, ela exige dos envolvidos um posicionamento e consequentemente uma tomada de decisão a respeito dos resultados observados, e a partir daí definir novos rumos ou não para seu percurso formativo. Considerando uma possibilidade de mudança não só para o aluno, mas também para o professor.

Luckesi (2011), destaca ainda que, o ato de avaliar muitas vezes é erroneamente compreendido como o ato de examinar, isto acontece quando a avaliação assume a função de verificador de aprendizagem, caracterizando-se pela observação e coleta de dados, do objeto verificado, a avaliação quando assume este caráter não objetiva traçar novos caminhos para o percurso da aprendizagem, ela tem um fim em si mesma, não permitindo que os sujeitos dialoguem entre si e juntos promovam seu processo de formação, assumindo novos caminhos e possibilidades. Uma avaliação nesta perspectiva assume o caráter controlador e

classificatório para com seus educandos, promovendo assim um processo de seleção e exclusão social.

Neste sentido Vasconcellos (2008), aponta que a avaliação escolar é antes de tudo, uma questão política, está relacionada ao poder e aos objetivos da classe dominante, que deseja a manutenção do sistema hegemônico. Defendendo a ideia que a avaliação deve ser compreendida como processo, no sentido de acompanhar e refletir sobre o desenvolvimento histórico e social do sujeito, possibilitando assim, uma formação humana e integral, onde seja considerado a autonomia, a identidade e os saberes dos sujeitos. Destarte deve ser contínua, observando os diversos momentos do desenvolvimento do aluno e não se restringindo apenas a um recorte da aprendizagem.

Dialogando com estas ideias, apontamos também a necessidade de se pensar a avaliação escolar também, como um momento de formação e construção de identidades, uma vez que, se utilizada com o propósito de ressignificar as práticas pedagógicas e os novos direcionamentos a serem traçados. Os sujeitos, enquanto seres coletivos terão a oportunidade de formular questionamentos e outras compreensões a respeito das vivências compartilhadas. Promovendo então contribuir para a descentralização do poder das mãos do professor e promover o protagonismo dos educandos. De acordo com Freire (2018, p.63),

O ideal é que, cedo ou tarde, se invente uma forma pela qual os educandos possam participar da avaliação. É que o trabalho do professor é o trabalho do professor com os alunos e não do professor consigo mesmo. Esta avaliação crítica da prática vai revelando a necessidade de uma série de virtudes ou qualidades sem as quais não é possível nem ela, a avaliação, nem tampouco o respeito ao educando. (FREIRE, 2018, p. 63).

Considerando estas discussões a respeito da avaliação escolar, percebemos que a avaliação na EJA não deve assumir um caráter autoritário, centralizado na figura do professor, no sentido de promover a seleção entre os que aprendem e o que não aprende. Isto reverbera na necessidade de um processo avaliativo que contemple a diversidade dos sujeitos, o respeito a sua identidade e aos seus saberes individuais e coletivos, do jovem e adulto em processo de aprendizagem (FREIRE, 1996).

Pensando a avaliação no contexto da EJA, Barcelos (2014) aponta que, ao pensarmos a Educação de Jovens e Adultos não devemos esquecer o processo de silenciamento pelo qual estes sujeitos passaram e que hoje, estes sujeitos tentam retornar à escola em busca da oportunidade que lhes foram negados, por questões advindas do seu contexto social ou por

questões de adaptação aos modelos autoritário e excludente do sistema educacional tradicional.

Ainda de acordo com Barcelos, a existência da EJA é uma prova de que um imenso contingente de adolescentes é excluído da escola na idade dita “regular” por não conseguirem se adaptar aos moldes avaliativos, promovendo assim sucessivas reprovações e consequentemente a evasão. Neste sentido o autor em evidências aponta a necessidade do aprofundamento de estudos relacionados às práticas de avaliação aplicadas aos contextos educacionais da EJA. Para tanto, indica a promoção do diálogo com tendências avaliativas que tenham como primazia a amorosidade, criticidade e o respeito. De acordo com Freire (2018, p.95), na prática educativa é necessário aprender a compreender o significado do silêncio do sorriso ou do abandono da sala, uma vez que o espaço pedagógico é para ser lido, interpretado, escrito e reescrito. Pensando nesta perspectiva, o ato de avaliar, na Educação de Jovens e Adultos não poderá ignorar as vivências dos educandos e os processos de exclusão que atravessaram seus percursos educacionais. Avaliar na EJA deverá pressupor a compreensão dos anseios e necessidades sociais do estudante, objetivando não só a sua permanência no universo escolar, como também orientá-los na perspectiva da criticidade e do protagonismo social.

A EJA deve ser compreendida como um espaço de acolhimento e garantia do gozo de direitos negados, não podendo em suas ações pedagógicas e em especial, avaliativas, colaborar com a perpetuação do silenciamento destes indivíduos. O espaço da EJA deve ser regado pelo diálogo, respeito e escuta, para que assim se pratique uma avaliação na vertente da solidariedade e cooperativismo (BARCELOS, 2014).

A avaliação, no espaço da EJA, precisa assumir o caráter participativo e emancipatório, onde todos deverão ser responsáveis pelo processo avaliativo e por seus resultados (BRASIL, 2002). Neste viés, o processo avaliativo traz em seu conceito uma concepção política, voltada para dinamizar a ligação dos seres humanos com suas condições de existência social, bem como a relação com os diversos saberes e sujeitos, a memória coletiva e os movimentos de lutas sociais (SILVA, 2012).

De acordo com Barcelos (2014, p.72)

Aquilo que pensamos e fazemos no e com o mundo é o único lugar que temos para falar sobre o que somos. Por isso precisamos aprender a partir desse lugar. Ao pensarmos alternativas avaliativas, há que se levar em consideração esta proposição, pois ela nos possibilitará abrir espaços para que as experiências trazidas pelos educandos se manifestem... sejam levadas em consideração e escutadas no momento que refletirmos sobre o que

realmente faz sentido e tem relevância que justifique sua inclusão numa determinada configuração de avaliação. (BARCELOS, 2014, p.72).

Partindo desta perspectiva, pode-se considerar que a avaliação no âmbito da Educação de Jovens e Adultos precisa ser vista e tratada de forma coerente com os propósitos libertário, participativo e emancipatório, as quais consideram a diversidade dos sujeitos, suas vivências e concepções de mundo, evitando práticas avaliativas que contemplem os modelos excludentes, pautados na lógica da mensuração, com o objetivo de atribuir valores e classificar os educandos.

Portanto, pensar nas práticas de avaliação na Educação de Jovens e Adultos, como um ato político, em que os envolvidos são convidados a se posicionarem e defenderem seus ideais e projeto político, para que juntos possam demarcar objetivos e critérios que orientarão o processo avaliativo, refletindo criticamente sobre os mesmos, uma vez que estes influenciarão diretamente no processo emancipatório destes sujeitos (FREIRE, 1989; PAULA; OLIVEIRA, 2011).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, buscamos realizar um estudo reflexivo sobre concepções de avaliação que norteiam o processo de ensino aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos, bem como promover um diálogo sobre os posicionamentos de autores que apontam equívocos sobre a maneira de conceber a avaliação na EJA, apresentando pistas para se pensar a avaliação e ações pedagógicas que contemplem a realidade destes estudantes.

Através do diálogo com autores como KRAEMER, S/D; LUCKESI, 2005, 2011; MENEGHEL; KREISCH, 2009; ESTEBAN, 2012; BARCELOS, 2014; FREIRE, 1989, 2018; PAULA; OLIVEIRA, 2011) percebemos que o processo de avaliação da aprendizagem na perspectiva da EJA não pode ser pautado na lógica da mensuração, classificação e exclusão do sujeito, preocupada apenas com a quantificação e não com os processos de aprendizagem. Considerando que, se tomarmos a avaliação sob esta perspectiva, estaremos contribuindo para a perpetuação do processo de exclusão e silenciamento destes indivíduos, tanto no ambiente escolar, quanto no contexto social.

Os estudos apontam que as concepções de avaliação preconizadas pela Educação de Jovens e Adultos, quando assumidas por uma perspectiva emancipatória, torna-se um

relevante mobilizador de uma proposta pedagógica comprometida com a diversidade, autonomia e libertação dos sujeitos que a compõem.

Neste estudo foi possível perceber as especificidades que estes sujeitos possuem, se configurando como sujeitos oriundos das classes populares, com uma trajetória de vida marcada pelo descaso e pela negação de direitos, dentre eles o direito a educação escolar na idade “regular”, deixando assim, de exercer sua cidadania plena, limitando a possibilidade de construção crítica da sua concepção de mundo. Destacando o que diz Arroyo (2017), que ao tentar retornar à escola, estes sujeitos não buscam apenas o direito ao conhecimento escolar, eles lutam também pelo direito a uma vida justa, o direito a conhecer sua história, descobrir os significados escondidos e ignorados pelas verdades hegemônicas e excludentes.

Desta forma, foi possível inferir que, a avaliação nesta modalidade educativa, deve assumir a função de promover, através do diálogo, a valorização dos saberes dos estudantes da EJA, numa perspectiva política e cultural, necessária para a justiça social. Tomando-a como um importante passo para a materialização de uma proposta pedagógica comprometida com o respeito a diversidade, autonomia, emancipação e libertação dos sujeitos que a constitui.

## REFERÊNCIAS

ARROYO.M.G. *Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília, 2013, 562p.

CORTADA, Silvana. *EJA- Educação de Jovens e Adultos em seus Diferentes contextos*. Jundiaí: Paco editorial, 2013.

CRESWELL, J. W. *Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens* - 3 ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

ESTEBAN, Maria Teresa (org.). *Avaliação: prática em busca de novos sentidos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ESTEBAN, Maria Teresa. *Considerações sobre a política de avaliação da alfabetização: pensando o cotidiano escolar*. Revista Brasileira de Educação. V. 17, n.51, set-dez. 2012.

FREIRE, Paulo – *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra. Pp.57-76. 1996.

FREIRE, Paulo – *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 56ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra. 2018.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1989.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. *Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista*. Porto Alegre: Mediação, 1991.

KRAEMER, Elisabeth Pereira. *A avaliação da aprendizagem como processo construtivo do novo fazer*. Disponível em: <<http://www.gestiopolis.com/Canelas4/rrhh/aprendizagem.htm>> Acesso em: 14/09/2017.

LUCKESI, Cipriano C. *Avaliação da aprendizagem: Senso Comum e senso crítico*. 2016. Disponível em: < <http://luckesi.blogspot.com/2016/05/avaliacao-da-aprendizagem-sensocomum-e.html>> Acesso em: 26/11/2018.

LUCKESI, Cipriano C. *O significado do padrão de qualidade na avaliação da aprendizagem escolar. Também na Educação Infantil?* 2015. Disponível em: <<https://luckesi.blogspot.com/2015/02/87-09-o-significado-do-padrao-de.html>> Acesso em: 26/11/2018.

LUCKESI, Cipriano C. *Avaliação da aprendizagem na escola: estudos e proposições*. 22ª ed. São Paulo 2011.

LUCKESI, Cipriano C. *Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática*. 2 ed. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2005. 115 p.

LUCKESI, Cipriano C. *Entrevista sobre Avaliação da aprendizagem, concedida ao Jornal do Brasil*. 2000. Disponível em: < <http://luckesi.blogspot.com/2016/01/101-entrevista-sobre-avaliacao.html>> Acesso em: 28/09/2018.

MENEGHEL, Stela Maria; KREISCH, Cristiane; *Concepções de avaliação e práticas avaliativas na escola: Entre possibilidades e dificuldades*. IX Congresso Nacional de Educação- EDUCERE, PUCPR, 26-29 de outubro, 2009.

PAULA, Claudia Regina; OLIVEIRA, Maria Cristina. *Educação de jovens e adultos: a educação ao longo da vida*. – Curitiba: Ibpe, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 22ª ed, ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.